

## **A INCLUSÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA DA ESCOLA MELVIN JONES, PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.**

<sup>1</sup>Carla Josiane dos Santos Costa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense -UERJ/FEBF

<sup>2</sup>Hélio Ferreira Orrico

Universidade Federal Fluminense - UFF e FABEL

<sup>3</sup>Edicléa Mascarenhas Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense UERJ/FEBF e Universidade Federal Fluminense – UFF.

Eixo Temático: 2 – Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como princípio fundamentador o relato da prática extensionista Recursos, Adaptações e Tecnologias Assistivas para Educandos com Necessidades Especiais. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NEEI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a prática desta ação acontece em parceria com a Organização Internacional Lions Clube de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, onde funciona a Escola Melvin Jones, para pessoas com deficiência visual, que atende além de seu município onde se localiza, mas também os municípios vizinhos. O Lions é uma organização não governamental, que atua como um clube de serviço que possui abrangência internacional. Está presente em mais de 210 países, atua em catástrofes, situações de calamidades e em apoio a populações carentes em torno do mundo. A Escola objetiva contribuir com procedimentos práticos e metodológicos para a inclusão social da pessoa com deficiência nas esferas sociais com o uso da informática seja no lazer ou até

---

<sup>1</sup> Estudante de pedagogia e bolsista de iniciação à docência do NEEI/UERJ.  
E-mail: carla.josiane50@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade do Grande Rio, Graduação e Licenciatura em Psicologia - Faculdades Integradas Maria Thereza. Psicólogo clínico. Professor de Ensino Superior, Técnico em Treinamento e Desenvolvimento do Instituto Nacional do Seguro Social.  
E-mail: prof.heliorrico@gmail.com

<sup>3</sup> Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982), graduação em Pedagogia pela Universidade do Grande Rio (1984), mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991) e doutorado em Ciências na Área de Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz (2000). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Permanente do Mestrado em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense.  
E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

mesmo para a entrada ao mercado de trabalho. Demonstrando em seu currículo práticas pedagógicas que contemplem seus estudantes. O estudo faz uso da metodologia qualitativa exploratória e participante, sendo assim, os estudantes não são apenas estudados, mas são colocados em papel de fala e de construção do saber, temos esses como uma das bases para os funcionamentos essenciais da escola. Percebendo então a informática como um objeto de inclusão e de propagação do conhecimento. Embasaremos o nosso argumento utilizando os pressupostos de Fernandes e Orrico (2012), Gohn (2014), Vygotsky (1997 e 1988), Soto e Soares (2009) e Young (2013).

**Palavras – chave:** Desenvolvimento, inclusão, conhecimento e social.

## **1 INTRODUÇÃO**

A caminhada introdutória do trabalho se originou, por meio da análise metodológica e prática da escola Melvin Jones para pessoas com deficiência visual, que objetiva a inclusão da pessoa com deficiência, ou seja, em todos os âmbitos sociais, incluindo lazer e o mercado de trabalho. Neste contexto adotaremos o método de pesquisa e observação participante sobre a escola, para analisarmos a forma com a qual ela opera em um espaço não formal e funciona na capacitação da pessoa com deficiência.

A base teórica se fundamentará pelos desígnios de Vygotsky (1988 e 1997) nas questões de interação sujeito e objeto; Gohn (2014) com a perspectiva de educação não formal, as questões de currículo com Young (2013); Mendes e Silva (2014); e as questões de socialização, cultura escolar, acessibilidade e inclusão com Fernandes e Glat (2005), Fernandes e Orrico (2012) e Soto e Soares (2009). Sem contar o embargo legal, presente na legislação brasileira.

A partir disso passamos a refletir sobre como a escola Melvin Jones promove a inclusão social, possibilitando acessibilidade aos seus alunos através do ensino da informática. E também como a escola Melvin Jones trabalha atua no contexto de formação social da pessoa com deficiência. Neste trabalho levaremos em consideração, a fala e a vivência dos nossos alunos. Este trabalho também apresentará relatos de como a inserção social, gera independência e autonomia para essas pessoas.

Analisaremos então o ensino da informática, como um objeto de inclusão, além de ser o seu próprio veículo de propagação do conhecimento. Refletiremos o quanto a informática é importante para o mundo em que vivemos e essencial,

para a pessoa que almeja a inclusão social e a entrada ao mercado de trabalho.

Percebemos que segundo o censo, a estimativa de entrada da pessoa com deficiência nas instituições escolares, ainda está abaixo. Considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>, onde diz que pelo menos 6,2% da população tem algum tipo de deficiência, a entrada na escola ainda está muito inferior de uma estimativa considerável.



TABELA DE CADA DESTAQUE	CATEGORIAS NA LINHA	CATEGORIAS NA COLUNA					
		ETAPA DE ENSINO					
Tabela M11 - Número de matrículas da educação especial, segundo ano	Ano	Total	Educ. inf.	Ens. fund.	Ens. méd.	Prof. con/sub	EJA
	2014	886.815	61.374	652.473	57.754	3.251	111.963
	2015	990.683	64.048	682.667	65.757	3.306	114.905
	2016	971.372	69.784	709.805	75.059	2.899	113.825
	2017	1.066.446	79.749	768.360	94.274	3.548	120.515
	2018	1.181.276	91.394	837.993	116.287	5.313	130.289
Tabela M12 - Percentual de alunos de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes comuns, segundo ano	Ano	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
		Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
	2014	87,1%	95,2%	67,4%	95,5%	95,2%	38,3%
	2015	88,4%	95,8%	73,4%	96,1%	95,8%	41,0%
	2016	89,5%	96,3%	79,6%	96,6%	96,2%	44,2%
	2017	90,9%	96,8%	82,1%	97,4%	96,6%	47,6%
2018	92,1%	97,3%	86,7%	98,0%	97,1%	51,8%	

Fonte: [inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/eotas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](http://inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/eotas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf)

Ponderamos prioritariamente a entrada na educação básica, pois percebemos que este ensino é em diferentes casos a base fundamental para a entrada no mercado de trabalho para a pessoa com deficiência. Mas apesar de algumas iniciativas para a inclusão, a escolarização do aluno com deficiência é mais de três vezes inferior, se comparado com o ensino regular, sua exclusão chega a ser aproximadamente 42.982.279<sup>5</sup>. Logo essa defasagem se reflete no mercado de trabalho e em outros âmbitos sociais para as pessoas com deficiência, pois sem uma base educacional consolidada essas pessoas não atingiram a autonomia social. Souza e Pletsch (2015) p.140, dizem que os sujeitos continuam sendo classificados em “normais” e “anormais”; os primeiros teriam acesso aos conhecimentos escolares, enquanto aos segundos o espaço escolar seria reservado, na maioria das vezes, para desenvolver habilidades

<sup>4</sup> Pesquisa realizada pelo programa de Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde.

<sup>5</sup> Fonte: Notas estatísticas do censo escolar 2018 - Número de matrículas da educação básica, segundo localização da escola – 2018, dados do urbano.

básicas para a vida diária, ou seja, mesmo com embasamento da legislação<sup>6</sup> as escolas em diversos casos limitam as pessoas com deficiência apenas ao acesso, as rotulando como incapazes de aprender, impondo a essa pessoa uma barreira que muitas das vezes não é superada no futuro o que acaba excluindo ainda mais os sujeitos.

Com isto notamos que a desigualdade presente na inclusão social, se sustenta pela defasagem da na escolarização da pessoa com deficiência. Glat e Fernandes observam que “[...] educação escolar não era considerada como necessária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas e / ou sensoriais severas” (2005); esta questão se fortalece também pelo preconceito social. Pois muitas vezes o acesso à educação para pessoa com deficiência fica apenas em discursos, ou quando ele existe a inclusão é distorcida, afinal inclusão é mais do que estar na escola. Logo a inclusão social se torna cada vez mais distante, e os dados da história da pessoa com deficiência se repetem, com sujeitos sendo subjugados como inferiores, tendo sempre a ausência de algo, assim não se encaixa socialmente. Soto e Soares (2009) percebem que “[...] para que as experiências de inclusão escolar se concretizem, é necessário mais do que uma legislação a favor, deve haver tomada de consciência por parte dos envolvidos nesse processo”. (p.41).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 PROPOSTA DA ESCOLA MELVIN JONES**

A escola Melvin Jones é uma escola não formal de ensino, que surge da parceria entre o Lions Clube São João de Meriti e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI), proveniente dessa parceria surge a escola. A escola Melvin Jones para pessoas com deficiência visual possui uma concepção de ensino voltada para

---

<sup>6</sup> Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica nos transportes, mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL,2008)

o aluno e o social, por isso acredita na interação para o desenvolvimento do sujeito. A escola Melvin Jones atua de forma significativa na formação dos seus alunos por isso a sua importância. Vale ressaltar que uma escola em um espaço não formal possui uma intenção, um currículo e uma organização. Gohn (2014) já dizia que

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Nossa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o (s) outro (s). (GOHN, 2014, p. 40).

Sendo assim percebemos que a escola Melvin Jones compreende o seu aluno, para que ele seja incluído nas esferas sociais. Esse ponto de vista é o que Gohn (2014) chama de aprendizagem como sendo um processo de formação humana, sendo assim a construção do conhecimento deve compor a formação do sujeito desde os âmbitos sociais até o âmbito curricular que a escola propõe.

Quando consideramos as reflexões de currículo para um segmento, observamos disputas de poder tanto de caráter político quanto de ideológico.

[...] o conhecimento curricular está dominado por um consenso ideológico em que tanto a experiência diária como ele próprio promovem mensagens de consenso normativo e cognoscitivo. Nesse sentido, as experiências de diferenciação curricular, seja no âmbito do discurso, ou no âmbito das práticas, são difíceis de encontrar. (MENDES; SILVA, 2014, p.10).

Porém o currículo da escola Melvin Jones como citado anteriormente é completamente formatado para a inclusão dos seus alunos em ambientes sociais. Pensado de uma maneira que o seu aluno possa contribuir, com os professores, os bolsistas/voluntários e os demais alunos, para que assim o processo de ensino e aprendizagem seja de acordo com o princípio de “aquilo que o aluno sabe, partindo para aquilo que o aluno poderá saber”. Fernandes e Orrico (2012) utilizam Vygotsky para mostrar que o meio social é primordial para o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, tendo como ênfase os aspectos prospectivos e a ênfase na educação e no trabalho como mecanismos de superação, sendo assim por meio desta perspectiva o meio em

que o indivíduo está inserido, se o estimula e o afeta a novas possibilidades, poderá propiciar o seu desenvolvimento.



Fonte: Arquivo fotográfico Melvin Jones

Conhecer os seus alunos é primordial para que a interação aconteça de forma acertada, coerente e assim produza resultados/ações e saberes significativos. Vygotsky leva em consideração as características próprias do sujeito, e também das coisas que estão ao redor (ambiente) na sociedade, sendo assim destacaremos o tempo diferenciado para cada aluno, mesmo que de uma forma geral a maioria dos alunos façam a mesma atividade, a diferenciação no tempo é algo que se destaca; por isso é essencial saber com que aluno estamos atendendo. Para o autor esse conhecer e a interação se resumem como ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal)

É a distância entre o desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (1988, p.97)

Segundo Piaget (1976), interacionismo significa que nunca se pode atribuir uma capacidade, traço ou comportamento humano unicamente à hereditariedade ou ao meio ambiente, mas apenas as suas transações sequenciais, sendo assim, entendemos que a deficiência não deve ser um fator limitador na vida dessas pessoas, logo percebe-se que a escola Melvin Jones tem um papel preciso na vida em sociedade de seus alunos, sendo utilizada como uma ferramenta de inclusão, para que por meio da informática essas pessoas consigam a sua inclusão social. A ação de interagir, é benéfico não

apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também para a inclusão no meio social de cada pessoa.

## 2.2 A ESCOLA MELVIN JONES E A INCLUSÃO SOCIAL

Mesmo com avanços consideráveis em diferentes meios sociais e legais, ainda podemos perceber desigualdades, com isto reafirmamos a importância dos direitos humanos, que deveriam estar mais presentes na vida dessas pessoas, para se romper com tais injustiças e afirmar direitos, proporcionando uma vida digna a todos os sujeitos em sociedade. Candau (1995) já dizia que:

A luta pelos direitos humanos se dá no cotidiano, no nosso dia-a-dia, e afeta profundamente a vida de cada um de nós e de cada grupo social. Não é mera convicção teórica que faz com que direitos sejam realidade, se essa adesão não é traduzida na prática em atitudes e comportamentos que marquem nossa maneira de pensar, de sentir, de agir, de viver. (p.12)

A escola Melvin Jones, assume o seu papel social, trazendo um currículo funcional consciente, crítico e plural. Soto e Soares (2009), reafirmam a necessidade de práticas curriculares que permeiem a humanização – “A humanização por sua vez, refere-se a um compromisso ético do discurso da cultura da diversidade a luta contra a desigualdade (p.42). Ou seja, com práticas “humanizadoras” a educação de forma geral, geraria significado ao estudante, trazendo função ao mesmo. E é neste processo que a escola se encontra, construindo e desconstruindo sempre, de forma eficaz, para que assim o conhecimento seja transmitido e a aprendizagem aconteça.

O caráter participativo da escola Melvin Jones, traz muito sobre o seu discurso inclusivo. Pois ele traz o estudante para o papel de participante e não de apenas ouvinte. Gohn (2014), salienta um pouco da seriedade e da funcionalidade da pedagogia participativa.

Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e inovam também ao destacar o caráter pedagógico da participação.

Os teóricos da democracia participativa defendem a tese de que há uma inter-relação entre os indivíduos e as instituições, uma vez que a participação tem uma função educativa e os indivíduos são afetados psicologicamente ao participarem do processo de tomada de decisão, o que só é possível a partir do momento em que eles passam a tomar parte nos assuntos públicos e a levar em consideração o interesse público. (p.36)

Sendo assim a escola Melvin Jones fortalece o discurso que apenas quando a escola perceber os sujeitos com deficiência como também portadores do saber e participantes do processo pedagógico a inclusão acontecerá. Dando voz e autonomia, para esses participantes se sintam integrantes de seu próprio processo educacional. Com isso a escola Melvin Jones vai na contramão de discursos prontos e se cria e recria sempre que necessário, em seu espaço não formal de ensino. Para incluir socialmente com o ensino da informática.

### **3 MÉTODOS E MATERIAIS**

O método utilizado na pesquisa foi o de coleta de dados por meio de instituições nacionais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para estimarmos a inclusão de um âmbito macro para o micro. E também fizemos uso da análise e observação. Pesquisando o campo, mas permitindo que os alunos interagissem entre si e com o professor e os bolsistas/voluntários. O tempo da pesquisa se deu de setembro de 2018 até dezembro de 2019. Totalizando 15 meses de pesquisa.

A adaptação é uma forma de se conseguir incluir pessoas em diferentes espaços, e o espaço do trabalho é onde pequenas adaptações fazem a diferença. Na escola Melvin Jones por exemplo adaptamos alguns teclados, quanto a sensibilidade tátil do aluno, fizemos uso de alguns marcadores, mesmo que de forma “improvisada” por meio de fita, para que os alunos mais velhos, ou aquele que demonstrar-se alguma dificuldade maior no desenvolvimento motor fino para o reconhecimento central do teclado. As letras centrais do teclado são as letras F e J. De acordo com a demanda a adaptação pode ocorrer. Com isso notamos que o mercado de trabalho deve estar acessível à flexibilização e não estar enrijecido a um único padrão.

As Tecnologias Assistivas são um conjunto de equipamentos, serviços, estratégias e metodologias que tem como objetivo a ampliação das habilidades funcionais e cognitivas para superação da deficiência, ou seja, dar maior autonomia e acessibilidade a esse público, ou seja, a tecnologia assistiva faz uso de canais táteis e auditivos para o acesso ao computador.

A informática também é um objeto de inclusão e promoção de assistência, sendo em uma roda de conversa sobre essa temática e um dos nossos alunos ao respondeu sobre essa importância da informática para os aspectos sociais que:

**P. Para você, qual a importância da autonomia para a inserção social?**

Aluno U<sup>7</sup> – R: Para mim a autonomia tem um papel bastante significativo, porque lhe transmite uma segurança, dentro do propósito, que ele almeja naquele momento.

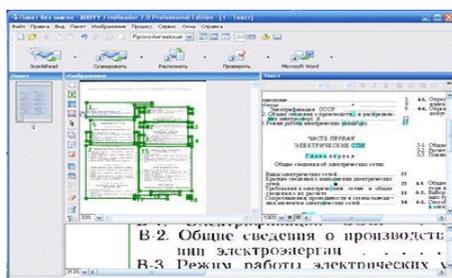
Logo notamos o quanto o conhecimento prévio, fortalece a autoconfiança do aluno para entrar a inserção social.

Destacamos alguns materiais para a acessibilidade, que para fornecem inclusão digital as pessoas com deficiência e para as pessoas que tem algum tipo de dificuldade com a informática, são basicamente:

- 1- ABBYY präsentiert OCR Software FineReader 7.0<sup>8</sup> e ABBYY FineReader 11<sup>9</sup>.

Esses dois software's permite que as pessoas possam digitalizar arquivos para o formato PDF ou Word (entre outros); essa digitalização acontece por meio da impressão do livro, documento etc. desejado, rapidamente dependendo do processador do computador. Um programa como este no ambiente de trabalho forneceria a leitura para a pessoa com deficiência visual, alcançando a independência até mesmo para ler seu contrato de trabalho, sem precisar de uma pessoa vidente ao seu lado, seria preciso apenas comandos simples.

Versão

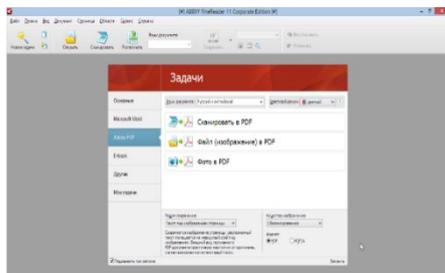


ABBYY FineReader 7.0

<sup>7</sup> Não utilizaremos os nomes dos nossos estudantes. Utilizaremos apenas codinomes, mesmo que reconhecendo que eles são partes integrante da pesquisa.

<sup>8</sup> ABBYY - <https://www.abbyy.com/de-de/news/abbyy-praesentiert-ocr-software-finereader-7-0/>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

<sup>9</sup> Mais informações em <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/abbyy-finereader.html>. Acesso em: 02 de maio de 2020.



Versão ABBYY FineReader 11

Fonte: Internet

## 2- Software DosVox e NVDA

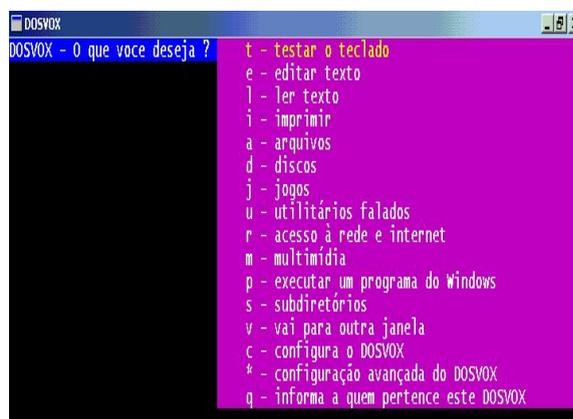
O DosVox é um sistema operacional que possibilita o acesso a pessoa com deficiência visual, o permitindo digitar textos, gravar arquivos etc. Segundo Orrico; Fernandes; Silva; Benicio (2017), o sistema DosVox se sintetiza como

O sistema DOSVOX apresenta em sua interface características do MS-DOS (sigla em inglês, MicroSoft Disk Operating System), sistema operacional do Windows, já superado por outros mais recentes. O DOSVOX é utilizado como instrumento importante para iniciantes cegos ou com baixa visão, pois permitem a exploração do teclado, através de características específicas do programa como o teste de teclado, por exemplo, que permite ao usuário digitar as letras disponíveis no teclado e ouvi-las através da voz emitida pelo sistema.

O DosVox possui uma visibilidade maior, com isso alguns dos nossos alunos já o conheciam (porem passaram a dominar mais na escola Melvin Jones). No questionário sugerido, alguns alunos responderam que já o conheciam

P. Quando você chegou na Escola Melvin Jones o quanto você entendia de informática?

Aluno E<sup>10</sup> - R. Pouca coisa, pois o pouco que conhecia era só o dosvox



<sup>10</sup> Com o objetivo de preservar a integridade dos alunos da escola Melvin Jones, nenhum dos alunos que respondeu a pesquisa terá o seu nome divulgado, eles serão apenas chamados por letras no alfabeto.

Fonte: Internet

O NVDA (NonVisual Desktop Access) é uma alternativa gratuita que garante às pessoas com deficiência visual o acesso a uma ferramenta essencial na utilização do computador no seu dia a dia. Segundo Orrico; Fernandes; Silva; Benicio (2017), o NVDA se sintetiza como

O leitor de tela NVDA (Non Visual Desktop Access), ou seja, sistema de acesso não visual à área de trabalho possibilita o uso do computador no sistema operacional Windows, estabelecendo uma mediação direta entre a pessoa cega e com baixa visão ao ambiente e aplicações Windows, sendo possível o uso de aplicações como: MS Word, Power Point, Excell, Sistemas de email e navegação na internet. O NVDA também possui testes de teclado, o que facilita o treinamento da pessoa cega no uso do qwert.

Esta forma gratuita de leitor de tela fornece uma completa autonomia para o aluno com deficiência visual para o seu aprendizado no ensino da informática, principalmente quando se trata da inserção ao mercado de trabalho, pois essa terá o domínio do computador sem que uma pessoa vidente fique todas as horas de trabalho, resguardando o que essa pessoa com deficiência faz. Esse aplicativo serve também para romper o preconceito de falta de autonomia da pessoa com deficiência. Dando ao mesmo suporte para executar tarefas.

Na mesma roda de conversa destaca anteriormente. Outro aluno falou acerca dos avanços. Depois de questionado sobre

**P. Quais os avanços que acredita ter obtido a partir do curso de informática na Escola Melvin Jones?**

Aluno B - R. Acredito ter obtido um grande avanço, pois hoje consigo caminhar um pouco melhor dentro do NVDA, me dando autonomia, para realizar algumas tarefas.

Abaixo apresentaremos os logos de entrada das últimas duas versões do software.

Versão mais antiga



Versão mais atual



Fonte: Internet

### 3- Oficina

As empresas devem sempre incentivar e reconhecer os conhecimentos dos seus funcionários. E uma forma de acontecer esse incentivo aos conhecimentos são em forma de oficinas. Segundo Candau (1995), p.17, as oficinas de cunho pedagógico seguem a lógica do trabalho de construção coletiva, procurando-se promover sensibilização, a reflexão e o compromisso com as questões relativas aos direitos humanos. A escola Melvin Jones também fornece algumas oficinas, para ambientar e informar os alunos, gerando assim conhecimento e busca da parte deles para novos assuntos. Recentemente foi inaugurada a oficina de Braille, pois a comunicação é um fator que não se pode ignorar sendo assim necessário introduzir esse conhecimento na escola, que depois do seu horário de aula reserva ao menos trinta minutos para ensinar os alunos que tiverem interesse.



Fonte: Arquivo fotográfico da escola Melvin Jones

## 4 CONCLUSÃO

Este relato de pesquisa considera, a necessidade de formação ampliada para a pessoa com deficiência, pois só assim ela poderá introduzir-se em diversos âmbitos sociais. Por isso a inclusão é necessária por meio de políticas públicas de acesso se fazem tão necessárias, principalmente desde a educação básica para que se desconstrua o modelo escolar que atravessa gerações e exclui muitas pessoas

[...] O “conhecimento dos poderosos” é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando

pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de “conhecimento dos poderosos (YOUNG, 2013).

Consideramos que o trabalho de formação por meio do ensino da informática que a escola Melvin Jones fornece é de total relevância, pois esses sujeitos devem ter seu espaço social em todas as instancias, cruzando barreiras (arquitetônicas e de comunicação), porém o ensino é de total importância. Por isso o acesso e a inclusão devem fazer parte da vida dessas pessoas desde a educação básica, para que no futuro se insiram no mercado de trabalho. Se tornando sujeitos autônomos e independentes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. POA: 2013. Disponível em: [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 23/04/2019.
- FERNANDES, E.M.; GLAT, Rosana . Da Educação Segregada à Educação Inclusiva. Inclusão (Brasília), Brasília- MEC, v. 1, n.1, p. 35-39, 2005.
- FERNANDES, E. M.; Orrico,H . Acessibilidade e Inclusão Social. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012. 160p
- FERNANDES, E.M.; ORRICO, H. F.; BENICIO, R. S.; SILVA, P. G. P. F.. A RELEVÂNCIA DA ESCOLA DE INFORMÁTICA NA VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. In: VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanas? CONINTER., 2017, João Pessoa - PB. VI CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humana, 2017. v. 1.
- MENDES, G. M. L. e SILVA, F. de C. T. (2014). Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(80). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n80.2014>.

PIAGET, J. A. equilíbrio das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, Flávia Faissal; PLETSCHE, Márcia Denise. Atendimento Educacional Especializado: das diretrizes políticas à escolarização dos alunos com deficiência intelectual. Educação e Fronteiras, Dourados/MS, v.5, n.14, maio/ago, 2015. Disponível em: [http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=educacao&page=article&op=view&path%5B%5D=3769&path%5B%5D=pdf\\_292](http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=educacao&page=article&op=view&path%5B%5D=3769&path%5B%5D=pdf_292).

MARQUEZINE, M.C. (ORG.) [et al.]. Re' discutindo a inclusão (série de estudos multidisciplinares de educação especial). SOTO, A.P.O.M, SOARES, M.T.N. Currículo, identidades e diferenças: perspectivas para uma escola inclusiva. Londrina: ABPEE, 2009.

VYGOTSKY L.S.; Luria A. R. Leontiev, A. N. 1988. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Moraes.

YOUNG, M. (2013). A superação da crise em estudos curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento. Favacho, A. Et. All (org.) Currículo: conhecimento e avaliação. Divergências e tensões. Curitiba: CRV ed. 2013.